

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM GÊNERO E**  
**RAÇA**

**TARCÍSIO JOSÉ FERREIRA**

**A CAPOEIRA NA ESCOLA: A LEI 10.639/2003 COMO POLÍTICA PÚBLICA**  
**AFIRMATIVA**

**BRASÍLIA**  
**2014**

TARCÍSIO JOSÉ FERREIRA

**A CAPOEIRA NA ESCOLA: A LEI 10.639/2003 COMO POLÍTICA PÚBLICA  
AFIRMATIVA**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Analúcia Sulina Bezerra

BRASÍLIA  
2014

Monografia de autoria de Tarcísio José Ferreira, intitulada **A CAPOEIRA NA ESCOLA: A LEI 10.639/2003 COMO POLÍTICA PÚBLICA AFIRMATIVA**, apresentada como requisito parcial de avaliação para a obtenção do grau de Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, pela Universidade de Brasília (UnB), em 09 de julho de 2014, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

---

Profª Drª Analúcia Sulina Bezerra  
Orientador

---

Prof. Msc. Nina Madsen  
Arguidor

BRASÍLIA  
2014

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família pelo apoio dado durante todo o decorrer do curso para enfrentar todas as dificuldades que apareceram nesse período. A minha mãe Zilda, minha avó Ana e meu avô José, que nunca deixaram de acreditar em mim e que me incentivaram todo o tempo, fazendo com que eu chegasse ao final dessa longa caminhada com êxito. As minhas Tias: Ivaneide, Liliane, Lêda, Ivani e Elisabete; meus tios José Carlos e Vinícius e as minhas primas.

Aos professores que com muita paciência e sabedoria transmitiram-me todo o conhecimento necessário para que eu chegasse até o final dessa caminhada e tornar-me um profissional de excelência. Ao meu amigo Cleverson Domingos, José Jabre Baroud e todos aqueles que de alguma forma ajudaram para a conclusão desse curso.

Aos meus amigos de classe que nos momentos em que precisei da colaboração, nunca deixaram de ajudar-me e foram compreensivos comigo, principalmente na reta final. A Mariana Létti como Tutora, Professora, Conselheira, Secretária e todas as funções que desempenhou para nos ajudar. E, a espetacular orientadora Analúcia Sulina Bezerra que com toda a paciência, se manteve firme nas orientações para que chegasse ao final desse projeto.

E Por fim, o mais importante, Deus, o Todo Poderoso, que a ele sempre pude recorrer nas horas mais difíceis e pedi-lhe toda a sabedoria e entendimento para findar esse curso.

***Tarcísio José Ferreira***

*"O bom capoeirista não é aquele  
que sabe movimentar o corpo, mas*

*é aquele que se deixa movimentar  
pela alma.”*

Mestre Pastinha

## RESUMO

FERREIRA, Tarcísio José. **A capoeira na escola: a lei 10.639/2003 como política pública afirmativa**. 2014. 49 páginas. Monografia – Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

A capoeira por muito tempo foi marginalizada e criminalizada, contudo, ao passar do tempo esta foi ganhando timidamente o seu espaço, e expandindo silenciosamente até ganhar sua Certidão de Registro da Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural Brasileiro, proferido em 2008. A prática da capoeiragem, como também é conhecida, quando bem dirigida, pode trazer bons frutos e, esta, associada às práticas assistenciais e as políticas públicas trazem modificações espantosas, quanto ao resgate de crianças e adolescentes. Também nesse trabalho abordamos as políticas públicas afirmativas que visam a afirmação de grupos minoritários e/ou em desvantagens históricas, além de uma política educacional inclusiva e menos preconceituosa a luz da Lei 10.639/2003. Os capítulos tratam basicamente da história da capoeira, retratando desde o seu surgimento até a atualidade; as políticas públicas sócio-assistencialistas e como política pública afirmativa e educacional.

**Palavras-chave:** Capoeira. Política Pública. Afirmativa. Assistenciais. Educacionais

## **ABSTRACT**

Capoeira has long been marginalized and criminalized, however, the passage of time this was tentatively won their space, and expanding silently to gain their Certificate of Registration of Capoeira as a Brazilian Cultural Heritage, delivered in 2008. The practice of capoeira, as it is also known, when properly resolved, can bring forth good fruit, and this, associated care practices and public policies bring amazing changes, as the rescue of children and adolescents. Also in this work affirmative public policies aimed at the affirmation of minority and / or historical disadvantages groups were addressed, as well as an inclusive and less judgmental light of Law 10.639/2003 educational policy. The chapters are basically the history of capoeira, portraying from its inception until today, the social-welfare and affirmative as public education policy and public policy.

**Keywords:** Capoeira. Public Policy. Affirmative. Relief. Educational

## **LISTA DE SIGLAS**

BA – Bahia

CDC – Direito da Criança

CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social

EC – Emenda Constitucional

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexual, Travesti, Transgênero e Transexual

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MinC – Ministério da Cultura

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PPA – Plano Plurianual

Prouni – Programa Universidade para Todos

s/d – Sem Data

SIC – Segundo Informações Cedidas

SP – São Paulo

SUAS – Sistema Único de Assistência Social



## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>09</b>
1.1 Contextualização.....	09
1.2 Formulação do Problema.....	11
1.3 Objetivo Geral.....	11
1.4 Objetivos Específicos.....	11
1.5 Justificativa.....	11
<b>2. Os Avanços da Lei 10.639 na Educação e a Prática da Capoeira na Escola.....</b>	<b>13</b>
2.1 A Capoeira na Escola.....	17
<b>3. Políticas Públicas Afirmativas e Educacionais.....</b>	<b>24</b>
3.1 Conceito de Política Pública.....	25
3.2 Política Afirmativa.....	30
<b>4. Metodologia.....</b>	<b>43</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>46</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>48</b>

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização

A capoeira, assim como o carnaval, samba e o futebol, faz parte do contíguo dos grandes ícones da atualidade representativos da identidade cultural brasileira. A capoeira é originária da experiência sociocultural de africanos e seus descendentes no Brasil. Descreve em sua trajetória histórica a força da obstinação contra a servidão e a síntese da expressão de diversas analogias étnicas de ascendência africana.

Assim como relata Oliveira e Leal (2009, p. 44), “A história da capoeira foi marcada por perseguições policiais, prisões, racismo, e outras formas de controle social que os agentes dessa prática cultural experimentaram em suas relações com o Estado Brasileiro”. Além disso, a história da capoeira como a história do Brasil é cheia de controvérsias e falta de documentos comprobatórios de suas práticas, suas ações, suas falhas e tantos outros que necessitam para se ter uma consistência tanto documental como histórica.

Oliveira e Leal (2009, p. 18) faz uma síntese do capoeira e da sua persistência como praticante dessa arte-luta:

O capoeira não tem lugar nesta galeria de heróis nacionais. Bêbado, vadio, ocioso, mestiço, baderneiro, desordeiro, vicioso, vadio, era o paradigma da escória urbana, pior que o preto africano ou que o índio puro. Mas como um fantasma ele percorre em espectro as páginas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lugar privilegiado de construção de uma memória nacional, em uma espécie de elogio invertido, onde a nobre classe dos historiadores do Império usa os subterrâneos dos pés de páginas para dar vazão aos seus “instintos mais primitivos.

Mas o capoeira nem sempre foi tratado dessa maneira como escória da sociedade, ou como um vadio, ocioso como descrito dentre tantos adjetivos degradantes, estes tiveram seus dias de glória e honra e deixaram suas marcas como grandes homens e mulher cravadas na história do povo brasileiro.

Muito se fala sobre o surgimento da capoeira, se ouve muito que esta prática nasceu na África e fora trazida para o Brasil, outros autores dizem que esta nasceu entre os escravos que aqui se encontravam ou, dos escravos que queriam fugir das senzalas e para isso necessitariam defender-se dos feitores. Porém, não há documentos que diz onde esta prática surgiu, nasceu ou fora criada e, nem se sabe ao certo se a capoeira nasceu na África ou no Brasil.

Para Moura (2009 p. 9), este diz que: “trazida pelos negros que vinham da África, e talvez aqui aperfeiçoada, a capoeiragem, no dizer de Melo Moraes, era nada mais nada menos do que um jogo de destreza (...)”. Daí pode-se perceber que o autor já caracteriza a capoeira como prática africana e aperfeiçoada aqui no Brasil.

Para além dessa dimensão histórica, ela passou a ter outros significados, fora desenvolvida, aperfeiçoada e agregada valores ganhando assim espaços que outrora a criminalizava. Assim, a capoeira ganha outros aspectos e passa a ser incrementada não só com movimentos, mais também com valores.

A capoeira nos espaços escolares têm uma função múltipla, onde pode ser trabalhada as várias áreas dos saberes, práticas pedagógicas e humanidades, trazendo também os atores da educação para a vivência histórica, cultural e a realidade de cada aluno e sua comunidade escolar, podendo ir além dos muros da escola. É o que pretendíamos mostrar com nossa pesquisa.

## 1.2 Formulação do problema

Por essa razão os profissionais da educação têm uma importância fundamental no desenrolar das atividades correlacionadas à aplicação da capoeira nos espaços escolares, assim como a manutenção de tais atividades, avaliação e o ciclo de seu funcionamento, bem como as políticas públicas. Também cabe ao profissional da educação avaliar se está dentro da legalidade, da legislação e padrões. Assim torna-se atraente conhecer sobre essa ramificação do trabalho educador. Desse modo questiona-se: **Qual a importância da prática da capoeira nos espaços educacionais como política afirmativa e como parte integradora da Lei 10.639/2003?**

### **1.3 Objetivo geral**

Tivemos como objetivo mostrar a importância da prática da capoeira no espaço escolar, como política afirmativa e parte integradora da Lei 10.639/2003, afim de trazer para a discussão a aplicabilidade da lei nos espaços educacionais.

### **1.4 Objetivos específicos**

Especificamente, trazer o processo histórico da capoeira; analisar as políticas sócio-assistenciais; avaliar a importância das políticas públicas afirmativas nos espaços educacionais e apresentar a capoeira como objeto de inclusão social a luz da lei 10.639/2003.

### **1.5 Justificativa**

Apesar de ser um tema com uma escassez considerável de trabalhos realizados, a capoeira chama a atenção para uma gama de conteúdos que este traz em seu escopo e sua importância na cultura, esporte e ao longo da história, inclusive, da formação do povo brasileiro. Desde os primórdios até a presente data, há uma dificuldade na aceitação da capoeira por uma grande parte da população brasileira, além de uma grande parte dos trabalhos utilizando a capoeira serem executados nas comunidades carentes, porém, mesmo assim, esta está presente em quase todos os países.

Espera-se com essa pesquisa obter informações mais concisas no que diz respeito à capoeira no ambiente escolar, sendo esta um esporte genuinamente brasileiro, e ao mesmo tempo marginalizado, pois, é perceptível a exclusão de um esporte que teve um papel importante na formação sociohistórico da população/nação brasileira; assim como os seus praticantes que sofrem de preconceitos e discriminações por serem praticantes dessa arte.

Não obstante o trabalho terá contribuições generosas para a academia e pesquisas futuras com relação ao tema, pois, como dito anteriormente, quase não há estudos sobre a temática sobre tal perspectiva com um enfoque em raça e gênero, assim torna-se mais atrativa nesse contexto, trabalhar com um objeto que já

é excluído e marginalizado da sociedade, como a capoeira, e aprofundar mais ainda num campo abrangente como a educação traz uma inquietação. Assim falar da inclusão pela ótica de um objeto excluído tem uma relevância significativa nesse contexto.

## 2. Os Avanços da Lei 10.639 na Educação e a Prática da Capoeira na Escola

A educação brasileira passou por enalços no percurso de sua história. Durante algum tempo foi bancária, passando a ser técnica, foi quase negada e, hoje, ganhou seu espaço de direito e com poucas interferências, e com muita visibilidade, trazendo a tona sua importância e o seu papel evolutivo e desenvolvimentista de um país.

Segundo Rocha (2006 p. 76) *apud* Nascimento (1993 p.11) diz que:

É antiga a preocupação dos movimentos negros com a integração dos assuntos africanos e afro-brasileiros ao currículo escolar. Talvez a mais contundente das razões esteja nas consequências psicológicas para a criança afro-brasileira de um processo pedagógico que não reflete a sua face e de sua família, com sua história e cultura própria, impedindo-a de se identificar com o processo educativo. Erroneamente seus antepassados são retratados apenas como escravos que nada contribuíram ao processo histórico e civilizatório, universal do ser humano. Essa distorção resulta em complexos de inferioridade da criança negra, minando o desempenho e o desenvolvimento de sua personalidade criativa e capacidade de reflexão, contribuindo sensivelmente para os altos índices de evasão e repetência.

Ou seja, a luta dos movimentos negros para ocupar os espaços educacionais não é nova, pois sabe-se que a educação é um espaço de onde as relações são produzidas e reproduzidas numa dinâmica muito maior que em qualquer outro espaço. Assim como a criação de novos pensamentos, saberes e conhecimento e seu inverso. Contudo, parece que, quando se trata da educação das crianças negras, pobres e periféricas essas estruturas tomam outras proporções.

Para o grupo Geledés (s/a) é no cenário da educação aparece hoje a questão da inserção social do negro, quadro que ganha contornos próprios na atmosfera escolar, espaço ora de ratificação de preconceitos, ora de inflexão de costumes e visões. Assim, percebe-se que trata-se de uma situação complexa, cujas raízes estão diretamente relacionadas a uma cultura da ignorância. De modo geral, faltam conhecimento, referência e memória à população em geral, dentro e fora da sala de aula. "Percebemos muitas atrocidades no contato diário com os professores que nos visitam", diz a coordenadora do Núcleo de Educação do Museu AfroBrasil, Renata Felinto. "Muitos educadores tratam as leis que incluem a história afro-brasileira no

currículo escolar como modismo. Em função disso, quase nada mudou."

Ferreira (2013) diz que ainda há um grande retrocesso dentro da educação brasileira não por parte dos arcabouços jurídicos, mais sim por parte da mão-de-obra humana que é preconceituosa, muita das vezes, e ainda vive em um pensamento negativista e minimalista com relação aos avanços da lei e sua aplicabilidade, dificultando esse processo e a sua eficiência, eficácia e efetivação.

Não há percepção coletiva de que o histórico de falta de oportunidades leva ao reforço do estigma. O que explica em parte a ideologia do branqueamento. Vide o caso do escritor Machado de Assis, que, mulato, perdeu, para alguns, contato com seu universo de origem. "Quanto mais erudito menos negro", explica Renata. "Símbolos como a capoeira, a feijoada, o carnaval, o samba e até as mulatas são destacados como diferenciais da cultura brasileira no exterior, mas internamente ninguém assume a própria origem e o que se exalta é sempre a ascendência europeia." Geledés (s/a) (s/p).

Contudo Rocha (2006 p.79) diz que "A preocupação do movimento social negro com a educação teve reflexos nas suas reivindicações efetuadas junto às estruturas do Estado". Sabe-se que a tríade que movimenta as grandes estruturas sociais, que são sociedade, mercado e Estado, este último tem um papel fundamental para regular a sociedade e frear o mercado voraz. Todavia, os reflexos do mercado que tem por objetivo perpetuar a hegemonia daqueles que detém o poder – em sua grande maioria branca – traz uma visão mais ampla de que os movimentos sociais, ao adentrarem os espaços escolares trouxeram uma visão de amplitude e de desmistificação de que todos eram inclusos na sociedade atual, principalmente nas questões escolares.

Depois de muitas lutas e embates, a tão sonhada conquista em adentrar um dos maiores espaços de poder, senão o maior, que é a educação é alcançada.

A proposta do movimento social negro foi atendida, em grande parte, em 09 de janeiro de 2003, com a assinatura da Lei 10639/03, oriunda do Projeto de Lei nº259, apresentado em 1999 pela deputada Esther Grossi e pelo deputado Benhur Ferreira. A Lei assinada pelo Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, e o então Ministro da Educação, Cristóvan Buarque, altera dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96 – LDB), tornando obrigatório o ensino da temática História e Cultura Afro-brasileira, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das redes pública e particular do país. A temática deve ser trabalhada, segundo a lei, no âmbito de todo o currículo escolar, mas preferencialmente, nas disciplinas de História, Língua Portuguesa e Literatura e Educação Artística. Além dessa obrigatoriedade, a Lei 10639/03 instituiu a data de 20 de novembro no calendário escolar, como "Dia

Nacional da Consciência Negra”. (ROCHA, 2006, p.81)

Percebe-se que mesmo conseguindo esse ganho, trabalhar as questões afro-brasileiras ficou fechada “preferencialmente” nas disciplinas de História, Língua Portuguesa e Literatura e Educação Artística. A geografia a química, a física, na educação física, as línguas estrangeiras, e outras disciplinas foram desobrigadas de trabalhar as questões afro no Brasil, deixando assim lacunas que poderiam ser trabalhadas com maior afinco e na sua completude. Mais, vale ressaltar que mesmo engessada a poucas disciplinas, não deixou de ser uma conquista inestimável da população afro-brasileira.

Atil e D’Amorim (2007) afirmam que a riqueza da capoeira é colocada em evidência na educação infantil e que esta traz para esse universo, quatro contribuições que são: a dimensão musical, o movimento, o aspecto ritual, e a dimensão relacional. Os mesmos dizem que os educadores ao trabalharem com essas habilidades não devem aceitar uma possível acomodação ou uso indevido da capoeira, para aquietar ou adestrar o universo infantil.

Segundo Soares e Julio (2011) *apud* Calçado (2009, p. 4), a capoeira na escola tem como objetivo estar trabalhando as valências físicas, o desenvolvimento motor, a harmonização e o respeito, para que assim as crianças possam ter um desenvolvimento completo.

Para Ferreira (2013) as crianças têm maiores aderências aos esportes e as relações interpessoais sem maiores preconceitos, pois estes indivíduos ainda estão em processo de formação e, contudo não foram contaminados com os pensamentos segregalistas arraigados na sociedade, ainda traz no seu cerne a pureza e o sentimento de igualdade e pertencimento.

De acordo com Soares e Julio (2011 *apud* CAMPOS 2000),

Através de movimentações como a que ocorre na capoeira a criança principalmente na educação infantil poderá facilmente familiarizar-se com a imagem do próprio corpo, pois os exercícios da prática da capoeira envolvem todas as partes do corpo, contando com gestos que são associados a um ritmo que fortalece a integração dos envolvidos, ajudando no amadurecimento das noções espaço-tempo, além de desenvolver uma atitude de interesse e cuidado com o próprio corpo, também “em seu universo simbólico e motor encontramos elementos tais como a musicalidade a religiosidade, movimentos acrobáticos, que a tornam



bastante peculiar” fazendo da capoeira uma pluralidade com interpenetração do lúdico e do combate, caracterizando como jogo, luta e dança.

Assim, Ferreira (2013) relata que dessa maneira a capoeira utiliza-se de elementos para adequar-se ao novo ambiente que se está inserindo e dessa maneira atingir a um objetivo maior que a união, pois como se sabe o formato da capoeira se dá em dois momentos: o da movimentação – que nesse momento há uma hierarquização onde os praticantes mais antigos ficam na frente daqueles mais novos servindo de exemplo para que os demais consigam visualizar tanto a movimentação quanto a postura e o segundo momento o da roda – onde a ideia de círculo nos traz unidade, união e igualdade, pois começa e termina no mesmo lugar.

Segundo Bomfim (s/a p. 5):

Brasileiros e estrangeiros, todos aprendem um pouco a história da nossa terra, nossas raízes, a geografia do nosso estado E isso ocorre num espaço lúdico, numa formação em que se “joga”, se diverte, e se aprende cidadania e orgulho da nossa terra e das nossas origens, raízes multiculturais, sobretudo afro-brasileiras através dos cantos, da música e da nossa história.

Compactuando com os ditos acima Soares e Julio (2011) relatam que:

Sendo a capoeira um esporte rico de cultura e de movimento corporal, se encaixa perfeitamente nas exigências da educação física escolar, fazendo uma integração com outras disciplinas facilitando o aprendizado dos alunos. É um eficaz sistema de auto defesa e treinamento físico, destacando-se entre as modalidades desportivas por ser a única originalmente brasileira e fundamentada em nossas tradições culturais, diferenciada de outras artes marciais pela presença do ritmo, dando a cada golpe e movimento uma beleza única sempre em sincronia com parceiro de jogo, representando também o coletivo. Enfatizando a proposta de trabalho delineado pelo CBC, 2005 (Conteúdo Básico Comum) da Secretaria do Estado de Minas Gerais, cabe, portanto, à Educação Física compreender a riqueza de movimentos e de ritmos que a sustentam e a necessidade de não separá-los de sua história, recuperando seu caráter como manifestação cultural. Ainda de acordo com o CBC, a capoeira enquanto manifestação da cultura popular tem se destacado como um importante referencial para compreender vários aspectos da nossa história, principalmente os ligados à luta pela emancipação do negro no Brasil escravocrata. É também uma atividade privilegiada em projetos com cunho social, devida a sua possibilidade de desenvolver competências e habilidades em crianças e jovens com pouco acesso aos bens culturais.

Dessa forma fica claro que essa prática vem somente a contribuir com as questões e práticas educacionais, trazendo um universo amplo, diversificado e historicizado da formação sócio-histórica brasileira, não esperando somente adentrar

nas disciplinas citadas na Lei 10.639/2003 e consolidadas na LDB, como por exemplo, a história. Também trazendo o conceito de vivência e prática da história dos negros brasileiros e a formação do país assim como seus aspectos sociais.

## **2.1 A Capoeira na Escola**

A escola é um espaço de inclusão e de discussões acerca do que corre não somente em uma determinada localidade, mais do que ocorre em todo o mundo. Dessa forma a escola torna-se um espaço de convívio de realidades e mundos diferentes, abarcando uma comunidade escolar totalmente heterogênea e suas multiplicidades. A cultura que se faz presente neste espaço não é somente a de um determinado povo, tribo, sociedade, porém, ali, se faz presente uma série de culturas expostas em livros, vídeos, nos usuários e em todo o corpo docente, discente e comunidade escolar.

Nesse contexto, a cultura afro também tem seu espaço no ambiente escola, contudo, esse espaço se torna restrito ao ensino de história, a capoeira, com suas apresentações esporádicas e ao dia 20 de novembro, dia da consciência negra. Não obstante, eventuais apresentações podem ocorrer decorrentes de trabalhos de disciplinas em salas fechadas com grupo de alunos restritos.

A partir disso, a Lei 10.639/2003, veio com o intuito de realocar o local do negro na educação, trazendo à tona sua história, lutas e conquistas em solo brasileiro, porém, essa conquista com tal lei foi restrita, mais uma vez, a uma parte específica do amplo universo educacional: “§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.”(SIC)

Segundo Ferreira (2012) dessa forma, pode-se perceber que o texto da lei, está restrito às áreas de educação artística, a literatura e a história, não abrangendo a geografia, com os espaços e sua distribuição geográfica, onde se localizam, por exemplo, as comunidades Quilombolas, os Calungas e outros poucos restantes. Não contemplando a Educação Física, com a capoeira, arte genuinamente brasileira, dando espaços para artes, não menos importantes, porém excluindo a nossa como sendo inferior. A biologia, que por sua vez, poderia fornecer dados importantes

sobre a biodiversidade local de tais comunidades e o porquê de escolher as mesmas; e assim com outras disciplinas tão importantes que as deixaram de fora.

Para sanar tal “mal entendido” no corpo do texto da lei, foi acrescentado de “todo currículo escolar”, porém sabe-se que há uma exacerbação de conteúdo para serem ministrado nas escolas que muitos não são contemplados por falta de tempo para ministrar tais conteúdos.

Segundo Atil e D’Amorim (2007), enquadram a capoeira na escola, aplicando aos quatro pilares da educação, às inteligências múltiplas de Gardner e por fim, fundamentando a capoeira na matemática, linguística, música, espacial, ecológica e outras áreas da educação.

Silva e Heine (2008) relatam que:

Desde 1960, a capoeira tem adentrado as portas das escolas, fazendo parte de uma instituição que, juntamente com a família tem papel central no processo educativo de crianças e jovens. Nos últimos anos, a inserção da capoeira nas escolas tem sido um processo bastante significativo nas principais regiões do Brasil. Da mesma forma, nos diversos países em que a capoeira se faz presente, observa-se processo semelhante. Frente a esse fenômeno, ao qual chamamos de capoeira escolar.

Percebe-se que a capoeira adentra os espaços escolares desde muito tempo, porém, nunca teve espaço que de fato poderia ser chamado de seu, onde há uma sobreposição do cristianismo, que uma minoria protestante acaba por atrelar os elementos de matrizes africanas à macumba o que não é a verdade.

Mais Silva e Heine (2008 p. 41) acrescenta que “em algumas escolas de Educação Infantil, a capoeira é oferecida como única opção de atividade física para as crianças por se acreditar que a gama de ações motoras presentes na capoeira possibilita o desenvolvimento integral do aluno”. Assim, torna-se mais fácil crer que muitas pessoas estão mudando sua concepção de atrelamento a objetos tão somente religiosos e percebendo os benefícios que a capoeira pode oferecer.

Os autores ainda acrescentam que a “Capoeira torna-se um elo entre a escola e a comunidade. Afinal a capoeira é do povo, já que foi das camadas mais populares da sociedade que ela nasceu”. Percebe-se uma maior interação entre a escola e a comunidade minimizando a evasão escolar, as expressões das questões

sociais e combatendo inclusive a criminalidade e a drogadição infanto-juvenil.

Assim tem-se a capoeira como um instrumento de inclusão tanto com relação aos alunos, alunos-escol, comunidade-escola e várias outras possibilidades, pois, o ato de trazer a comunidade para dentro da escola já é uma prática da cidadania, e também pode-se considerar espaços de inclusão e empoderamento da população e da comunidade escolar.

A inclusão social não está somente na aceitação do outro indivíduo de condição diferenciada da sua, esta, se abrange em vários aspectos, social, econômico, racial, étnico, etc., a aceitação, também, é apenas mais um ponto da inclusão, não esquecendo o respeito, integridade, integração e, muitos outros adjetivos que esta carrega em seu escopo.

Ferreira (2012) acrescenta que a capoeira, como se sabe, teve seus altos e baixos durante toda a sua trajetória desde a sua criação até os dias atuais. Esta mesma, também teve o seu lado sombrio e sua fase de júbilo, mas hoje, depois de reformada e reformulada, a capoeira ganhou outra cara e outro *status* dentro do seu contexto e objetivos. Pode-se dizer que a capoeira é como o camaleão, assim como o nome de um dos seus movimentos, pois, se adéqua a necessidade exigida nas circunstancias em que se encontra, inclusive, já fora estudada por alguns autores essa faceta da capoeira e suas transformações.

Essa capoeira que se modificou ao longo do tempo, com todas as suas transformações, se adequou a uma forma que hoje se tem, de capoeira inclusiva, além de ser adaptável ao meio em que se encontra.

Conde (2007, p. 68), relata que:

A capoeira oferece vários recursos, o jogo agressivo/objetivo, o jogo atlético, o jogo malicioso/mandingueiro, o jogo de são-bento-grande (rápido e mais em pé), o jogo de angola (lento e mais no chão), o jogo de iúna (mais técnico e de maior destreza) e outros tantos. Pastinha e Bimba, mais do que seus contemporâneos, jogavam, à sua maneira, uma capoeira ao ritmo do contexto social e político, conquistando um novo espaço e abrindo portas para futuras gerações.

Nessa passagem do autor é possível verificar já uma mudança no tipo e no contexto do jogo da capoeira e sua adaptação ao meio em que se encontra. Oliveira

e Leal, ainda acrescentam que:

Dessa forma, a experiência social da capoeira é algo que vai bem mais longe do que uma simples invenção (com o sentido de algo terminado, acabado) de uma prática cultural. Ela é, na verdade, uma “constante” reinvenção (algo que está em constante construção). Isso significa que em cada momento histórico a prática da capoeira possui significados e características próprias. (2009, p. 52).

Muitos autores, senão todos, concordam e relatam ao falar dessa prática capoeirística de adaptação e transformação da mesma no seu processo histórico e de aceitação desta na sociedade e por parte da sociedade como prática da cultura nacional. Porém, esse processo de transformação e adaptação da capoeira não está no fim, hoje, pode-se dizer que “atualmente, a capoeira passa por um intenso processo de profissionalização” como afirmam Silva e Heine (2008, p. 23).

Mais é graças a essa constante mutação que a capoeira pode ser praticada nas ruas, praças, academias, ginásios, se esgueirar pelas favelas, morros, becos e tantos outros lugares que outras práticas esportivas, talvez, não fosse a tanto. E também, a essas mudanças que a capoeira pode ser praticada por uma nação de pessoas de diferentes aspectos em todo o mundo, utilizando-se da integração social que esta pratica para a sua expansão, o seu convencimento e o seu reconhecimento.

Ferreira (2012) relata que essa integração proporcionada pela capoeira, se dá, desde a sua entrada em um grupo de praticantes até a sua permanência ou não. Pois, um indivíduo que entra em um grupo de capoeira a primeira coisa que este aprende são os cumprimentos desse novo grupo social ao qual está sendo inserido, depois passa pela fase de conhecimento, também a aceitação, que se pode dizer que é imediata, pelos participantes, e por fim a roda, esta sim é a maior forma de inclusão social que há na capoeira, pois nesse círculo todos são iguais, todos partilham do mesmo saber, o coro sendo entoado em conjunto, os instrumentos sendo tocado para facilitar esse processo de convivência mútua. E é nessa hora, nesse momento que se mostra a união de um grupo de pessoas e o acolhimento deste para com outros, seja de outro grupo, visitante, amigo ou ouvintes, fazendo com que sejam um só em um círculo interminável.

Segundo Silva e Heine (2008), a capoeira também pode dar às pessoas um

sentido de dignidade para a vida, esperança e força para lutar e construir um futuro melhor para todos. Além de inclusão a capoeira também traz consigo outros valores, entre eles o fato de o indivíduo se perceber como sujeito de sua própria vida e não como objeto e a agregar valores para a sua vida e levá-los ao seu contexto social, como relatam Silva e Heine

O cotidiano dos treinos de capoeira gerou nos jovens cumplicidade e companheirismo acentuado. O que se viu foi a agressividade, a hostilidade e a desconfiança transformarem-se em amizade, respeito, compreensão, alegria e apoio mútuos. Crianças que tinham dificuldades em sentar em uma roda para uma conversa ao final da aula entenderem o sentido da disciplina e organização que grassam na realização de uma roda de capoeira. (2008, p. 32).

Essa maneira de disciplina apresentada a partir da prática esportiva, nesse caso a capoeira, é uma forma de mostrar ao indivíduo, seja ele criança, jovem, adulto ou velho, que eles são importantes e que eles têm/desempenham um papel fundamental em um grupo social. Para Silva e Heine (2008 p. 50), eles relatam que a capoeira tem como função

De maneira geral, a capoeira deve integrar o indivíduo na sociedade e buscar o seu desenvolvimento pleno, proporcionando prazer em sua execução, tornando sua prática um hábito e um ato necessário, impulsionando as relações, as tomadas de decisões coletivas, a ajuda mútua e a superação de conflito mediante o diálogo e a cooperação” (SIC).

Nessa palavra está presente qual o papel da capoeira na inserção do indivíduo e o seu papel a ser desenvolvido na sociedade ou em um grupo social. Porém, Cypriano (2011), recoloca a capoeira de forma mais profunda e como fator de inclusão social e integração social em sua obra.

Todos os dias, milhares de crianças e jovens se beneficiam de projetos de inclusão social e educacional – criados por mestres, professores, e alunos – bancados do próprio bolso ou com o apoio de governos e empresas. A prática da capoeira não só atenua as tensões cotidianas, como eleva a auto-estima e forma indivíduos mais conscientes e integrados. (CYPRIANO, 2011).

E acrescenta:

A integração social se faz naturalmente, pelo próprio espírito democrático da capoeira. Ela desconhece preconceito ou discriminação – em qualquer atividade, exige a participação de todos na roda, criando um respeito mútuo que desenvolve a cidadania. Sua musicalidade fortalece o equilíbrio emocional como vantagem nas relações com os demais participantes, aumentando a capacidade de lidar com os outros e suas diferenças. (CYPRIANO, 2011).

Ou seja, a própria capoeira traz em suas entranhas desde a sua formação um fator social muito arraigado a seus atos cometidos durante todo o seu processo de formação, aceitação e até a atualidade. Por mais que no passado houve desacordo e uma má fama que recaíra sobre a capoeira, seu fator primordial sempre foi o fator social. Onde Torre e Santos (p.10), diz que a capoeira, uma manifestação afro-brasileira, tem se mostrado, ao longo da sua trajetória, um fenômeno de resistência singular. Conseguiu sair de circunstâncias demasiadamente desfavoráveis, a exemplo da marginalização e do Código Penal Brasileiro, resistindo aos Capitães do Mato, à perseguição policial e, principalmente, à mais perversa das perseguições: a injúria social.

A capoeira não só trabalha como esporte para atender o tocante da cidadania, esta, perpassa por tantos outros caminhos e assuntos que é quase incontável os meios que se usa para adentrar na sociedade. A capoeira se vincula a cultura, moda, filosofia, sociologia, antropologia, física, dança, música, teatro, geografia, beleza, estética, e muitos outros meios que/ou juntos, por meio da prática da capoeiragem, adentram casas, favelas, países, culturas, meios sociais, círculos sociais, universidades e milhares de lugares levando assim, não somente a cultura de um povo ou nação, mais um leque de oportunidades para diferentes áreas do conhecimento de cada indivíduo que a ela tem contato, Silva (2008 p. 57), diz “(...) que a capoeira, desde sempre, se faz no corpo que faz a capoeira”.

Essa mesma capoeira que é jogada aqui em Brasília é a mesma que é jogada em Salvador, Rio de Janeiro, no Brasil, na Itália, No Japão e em todo o mundo, só se muda os objetivos de quem pratica tal arte, e a visão de cada um que tem contato com a mesma.

Ferreira (2012) diz que, os fatores sociais que movimentam a capoeira e que utilizam dela para se locomover são inúmeros, assim como esta pode adentrar em grupos sociais diferenciados. A utilização da capoeira com ferramenta de desenvolvimento social é muito abrangente, levando o indivíduo a ter um espaço dentro de um grupo social, vendo a importância do mesmo neste e, seu impacto na sociedade, apresentando políticas públicas de inclusão, acompanhamento e desenvolvimento infanto-juvenil, adulto e do idoso.

O campo de abrangência da capoeira se estende em qualquer faixa etária, classe social, cultura, língua, etc. é uma prática ilimitada trazendo não só benefícios para si, como para o meio em que se encontra o indivíduo praticante, o espaço em que se frequenta, o convívio familiar, até mesmo para a inserção no mercado de trabalho entre outras. Esse campo ilimitado de caminhos que a capoeira pode seguir poderia ser melhor acolhido pelas autoridades e organizações e posta a população como uma atividade extracurricular, física ou até mesmo como uma válvula de escape para o estresse do dia a dia. Talvez o que falta seria uma visão melhor da cultura nacional e sua utilização.

A capoeira na escola é uma forma de inclusão de pessoas de diferentes credos, uma miscigenação cultural que poderia muito bem abarcar os objetivos da Lei 10.639/2003, e viria bem a calhar, assim como, complementar e não empobreceria a lei nas suas contextualizações e imediações, deixando-a mais consistente e mostrando mais uma forma de expansão do saber para os seus praticantes, além de dar suporte às políticas públicas afirmativas existentes e àquelas em tramitação.



### **3. Políticas Públicas Afirmativas Educacionais**

As políticas públicas são de extrema importância para que o Estado possa de alguma forma abarcar àqueles que delas necessitam ou estão em zona de vulnerabilidade social trazendo à discussão elementos que possam servir de apoio para a efetivação de tal política.

Também se têm os indicadores sociais que servem para orientar a formulação de programas sociais e políticas públicas de modo a oferecer à população aquilo de que ela realmente necessita e para indicar se o que foi implantado tem apresentado os resultados pretendidos. É possível pensar que a avaliação de um programa possa se dar mediante observação, apenas, mas se essa observação não for orientada de forma precisa, também ela pode não cumprir seu objetivo. E, nesse caso, está se perdendo muito mais do que tempo e entusiasmo. Estão perdendo dinheiro público, gerado por e para a população.

Segundo Januzzi (2001, p. 15) um indicador social é conceituado como:

(...) uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou pragmático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Em outras palavras, o autor nos afirma que o indicador social é útil para a pesquisa acadêmica na área social, pois permite o estabelecimento de relações entre a teoria estudada e os fenômenos sociais observados, servindo de instrumento para que a academia aprofunde seus estudos sobre a realidade social, e para as sociedades e seus respectivos governos, uma vez que é de grande utilidade no monitoramento das condições de vida da população, podendo embasar a formulação ou o ajuste de políticas públicas.

Assim sendo, é absolutamente necessário que pessoas envolvidas com formulação, implantação e avaliação de programas sociais e políticas públicas, dominem o conceito de indicadores, saibam construí-los em seu cotidiano, pois, cada vez mais, eles têm sido usados para balizar os serviços de ordem social.

Dessa maneira, pode-se perceber que as políticas nem sempre abarcarão a todo o público alvo, às vezes faz-se necessário políticas focalizadoras, políticas que abarcam um subgrupo dentro de um grupo, uma minoria marginalizada pela maioria ou, um grupo isoladamente que não se enquadram nos demais. Essas políticas focalizadoras se fazem necessárias para manutenção do aparato do poder público.

A Lei 10.639/2003 e sua aplicabilidade nos espaços escolares de forma mais abrangente, traria uma visão crítica do que é a formação sócio-histórica da população brasileira em especial da população afro, o que também influenciaria no processo de erradicação das formas de preconceitos existentes entre grupos étnicos e das mais diversas expressões destes.

Essas políticas tem sido eficazes no tocante de (re)distribuição de renda, afirmações, e empoderamento de classes, grupos e minorias que passam a ter uma visibilidade e importância para o Estado e sendo cuidados por este afim de minimizar a sua fragmentação.

### **3.1 Conceituando Política Pública**

O conceito de política pública faz-se necessário para que se possa entender o contexto atual do Estado e o seu papel para dirimir os recursos e trazer para o contexto atual as minorias e grupos menos favorecidos de alguma maneira.

Teixeira (2002 p.2) define política pública como:

As políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, neste caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.

As definições do autor trazem uma visão mais abrangente não focalizada, porém, este retrata exatamente os interesses coletivos ou de um determinado grupo específico, não esquecendo também das não-ações que são uma forma de fazer política.

Neste mesmo viés, Heilborn *et al* (2010) diz que “a definição do que sejam políticas públicas ainda é um campo em discussão”. Pois, as políticas estão sempre em mutação, modificando-se para poder atender às necessidades desses grupos que dela necessitam. E ainda acrescentam que “diferentes autores/as ressaltam o crescimento desta área do conhecimento e têm produzido teorias sobre o tema”.

Essas teorias diversificadas podem ser um grande ganho para a população pois, a cada definição está englobando um grupo diferenciado de minorias que forma excluídos ou marginalizados pela sociedade.

Para Rua (2007), política pública são definidas como:

As políticas públicas (*policies*), por sua vez, são outputs, resultantes da atividades política (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. Um exemplo encontra-se na emenda constitucional para reeleição presidencial. Trata-se de uma decisão, mas não de uma política pública. Já a privatização de estatais ou a reforma agrária são políticas públicas.

Na fala da autora pode-se perceber que nesta definição, ela traz uma diferenciação, porém interligada com decisões políticas, onde nem todas as decisões são políticas públicas, como nem toda política pública derivam de decisões políticas, assim, fica clara a ideia de que nem sempre as políticas estão ligadas às decisões governamentais.

Para Giovanni e Nogueira (s/d) o conceito de política pública pode ser definido como:

Fatos complexos, dinâmicos e multifocais. Não podem ser reduzidos ao momento “administrativo”. São formas de exercício do poder e resultam da abrangente interação entre Estado e sociedade. Trata-se de uma intervenção estatal, de uma modalidade de regulação política e de um expediente como qual se travam lutas por direitos, justiça social e espaços políticos. Sobre elas, pesam diferentes aspectos da economia, da estrutura social, do modo de vida, da cultura e das relações sociais.

Os autores já trazem uma visão mais dinâmica do que seja às políticas

Públicas, não mais que atinjam a população, como uma visão generalista, mais multifocal, vendo cada grupo como sendo organismos diferentes e únicos, agora são como células e que tem identidade própria.

A participação da sociedade civil tem um papel fundamental para a manutenção das políticas públicas apresentadas à sociedade, também é um termômetro que mede a aplicabilidade das mesmas e se elas estão de fato sendo eficazes. A partir da participação social, conseqüentemente virá o reconhecimento e nem sempre à justiça. Há muitas razões para isso, mas, ao tentar simplificar, deve-se insistir no fato que a própria nação supõe uma avaliação das situações em função de realidade externa. Enquanto isso a nação exige que os parâmetros adotados levem em conta realidade internas, inerentes à distribuição em classes da população de cada país, considerando isoladamente. (SANTOS, 1979, p.77).

Com relação ao reconhecimento, desde os primórdios já se lutavam por reconhecimento de classes inferiores e legislação ou condições específicas às mesmas. No Brasil, (REZENDE, CAVALCANTI, 2009, p. 21) o marco de expansão das políticas sociais foi a Constituição de 1988, que articulou a política de seguridade social e dotou-as de fonte de financiamento. Com a Constituição Cidadã, as classes puderam se organizar de modo legal e munir-se da legislação para a obtenção de um reconhecimento por parte do Estado e posteriormente, tratar dos direitos individuais e coletivos. O reconhecimento do cidadão/ã foi escrito com sangue e suor e, até hoje, essa escrita continua, pois, constantemente deparamo-nos com lutas frequentes, mobilizações e outros, afim de obtenção de direitos mínimos e garantias constitucionais que são negadas a uma parcela relevante da população.

A questão mais complicada e conflitante entre as classes é a justiça social, onde o que é justo para uns, nem sempre é justo para outros e essa luta é constante, porém, houve um avanço significativo com a implantação de políticas públicas direcionadas que tornaram facilitadores para esse processo de reconhecimento das individualidades e de grupos sociais. Exceções, retrocessos pontuais e inúmeras contradições à parte, instituições que ao longo da história foram comparativamente muito mais restritivas – hegemonicamente nacionalistas, etnocêntricas, racistas, patriarcais, misóginas e homofóbicas – avançam hoje em

direção a universalização dos direitos modificando ou minimizando as socioperspectivas restritivas e excludentes que antes carregavam. (VENTURI, 2010, p.11).

A questão da justiça social é uma briga ferrenha e constante Veturi (2010, p. 13) diz:

E se mundo afora ainda são cotidianas as relações sociais discriminatórias por diferentes motivações, inclusive as de ordem institucional – ou seja, praticadas por juízes, profissionais de saúde, professores, policiais e outros que em observância a suas próprias Constituições nacionais deveriam tratar a todos os cidadãos com igual respeito –, não é de pouca importância que, por força de conquistas históricas de movimentos sociais feministas, de combate ao racismo e à discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT), entre outros, tais práticas venham sendo legal e/ou moralmente coibidas.

O mesmo ainda acrescenta:

Práticas discriminatórias sem sustentação legal e preconceitos sem legitimidade moral, uma vez desnudados e expostos em sua desrazão, passam a ter dificuldades para ser defendidos abertamente na esfera pública e tendem ao declínio. E no sentido inverso, os direitos conquistados e institucionalizados tendem à consolidação e à irreversibilidade, ao menos em contextos de democracia.

Vê-se que há muito que se trabalhar com relação à aceitação do outro, ou dos outros, percebe-se que todos os indivíduos perpassam por muitos grupos sociais, alguns são aceitos e outros não. Essa diversidade de grupos é o que vai formando a identidade dos indivíduos. Porém, essa identidade não se consolida ou abstém somente a um grupo específico. Os grupos em que são inseridos e repelidos também são os que deixam marcas e estas, leva-se para toda a vida ou apenas um curto espaço de tempo. Contudo, o fato de serem repelidos por alguns grupos sociais ou serem aceitos, podem gerar confrontos, desconfortos ou até mesmo preconceitos por parte dos outros. E aí que nasce o problema com a aceitação da diversidade.

Silva (1995 p. 249) diz:

O popular é percebido como um campo pluriclassista, mas homogeneizado pela exploração econômica e subordinação política a que seus integrantes são submetidos e, como tal, é percebido como portador de um projeto

político, dito histórico, que ostenta, necessariamente, a transformação social.

Merlucci (1980) diz que "há outros fatores, além da exploração da força de trabalho, que devem ser considerados na compreensão da acumulação e da produção de desigualdade".

Quando esse problema ganha dimensões maiores e proporções que não conseguimos mais domar, entra o Estado para poder minimizar essa questão e eis mais um desafio. Daí nascem as políticas públicas, uma forma de minimizar as tensões e destoâncias criadas por esses grupos e uma forma de garantir os direitos dessas minorias, porém, não exigindo a aceitação dos mesmos, o que gera uma nova demanda e assim sucessivamente. Esses desafios com relação a diversidade tende crescer e nunca a diminuir, pois, a todo momento são criados novos grupos e posteriormente e conseqüentemente novos problemas sociais. "Muitas vezes, em nosso cotidiano, responsabilizamos exclusivamente as pessoas, sem levar em conta o poder da situação sobre seu comportamento" (RODRIGUES, 2012 p. 18). Mas paralelo a isso, têm-se a sociedade civil, que vem para se organizar e fazer o papel de apaziguador.

Os maiores desafios encontrados com relação a diversidade são a falta de tolerância, o racismo, sexismo, a truculência e inúmeros outros, o direito não é reservado a um indivíduo, mais a todos, contudo, a quantidade de brechas que se tem na legislação atual, pode-se chamar de *cannion*, pois, nem todos são iguais perante a lei, e a penalidade que se aplica a um não se aplica a todos, a mesma coisa são os direitos e essa segregação judicial está se tornando um problema generalizado. Rezende e Cavalcanti (2009, p. 21) dizem:

A política social como uma intermediação essencial ao trato da questão social não esgota a relação do Estado com as lutas e as demandas das classes, pois, nunca é demais lembrar, variadas formas de coerção que incluem desde o uso explícito da violência até as manipulações político-ideológicas também operam nesse campo.

Há que se respeitar os espaços de cada indivíduo assim como de cada grupo e dos espaços em comum, levando em conta que um mesmo indivíduo esteja em grupos distintos ele, mesmo assim, terá que respeitar as limitações de cada grupo social e seus espaços. Por esse motivo vê-se as minorias se ajudando e

aglomerando-se para poder tornar-se uma potência e assim poder falar de igual para igual com as outras que já se encontram. Quando houver a tolerância acredita-se que já não será mais necessário as políticas públicas.

Percebe-se que a justiça social é a que precisa de um olhar crítico e minucioso em relação à população e as diferentes classes. A participação social juntamente com o reconhecimento que trará a justiça social. Com o nascimento dessa necessidade criam-se algumas políticas focalizadoras como as políticas para o público LGBT, para as mulheres e as políticas afirmativas são algumas dessas para públicos específicos.

### **3.2 Políticas Afirmativas**

Vê-se que o preconceito está presente em quase tudo que se vê ou se ouve, porém, existem uns mais latentes que outros. Uma grande parte da formação do povo brasileiro retrata uma disparidade muito grande de raça e gênero, sim, porque ser negro e homem tem-se retratado os dotes corporais, músculos e as questões fisiológicas do homem. Porém, se fossem mulheres essas quase sempre eram com idade mais avançada, carregando algo na cabeça e retratada como sendo sempre empregada.

O Brasil precisa melhorar muito com relação à tolerância, tanto religiosa, raça, gênero, políticas e em todos os aspectos, a formação pode até contribuir para isso, porém, não justifica que até hoje se valem disso para justificar atos delituosos com relação a intolerância, pois se colocar tais questões à prova, se vê que se perpassa por vários grupos diferentes e que linhagens puras também não existem.

O que muito vem a calhar com a aplicabilidade da Lei 10.639/2003 nos espaços escolares, onde o ensino do que é a religiosidade afro-brasileira e suas ramificações, assim como o que estas influenciaram no processo de formação da capoeira e o que a capoeira tem em suas expressões das manifestações religiosas das religiões de matrizes africana e suas especificidades.

Heilborn *et al* (2010) diz que:

Na verdade, não há uma única definição dessas políticas, já que esse mecanismo de gestão das desigualdades cobre vastas áreas da atividade social, incorporando o mercado de trabalho, a representação política, as oportunidades educacionais, entre outras. Todavia, pode-se dizer que há um consenso conceitual, independente do contexto social do qual as políticas afirmativas emergem: elas se constituem em mecanismos de diminuição de desigualdades historicamente construídas ou destinam-se a prevenir que novas desigualdades se estabeleçam no tecido social, tendo por base condições de gênero, raça, orientação sexual, participação política e religiosa.

Assim como a definição de política pública, as políticas afirmativas também não se têm uma definição unilateral e sim multifocal, pois abarcam um vasto leque de áreas, porém essas políticas têm por objetivo atingir um público específico diferentemente das políticas públicas que são generalistas.

Segundo Heilborn *et al* (2010) as políticas afirmativas no setor público e privado recebem nomenclaturas diferenciadas, onde no setor público apresenta-se como ações afirmativas, já no setor privado podem variar como política de inclusão, diversidade, além de serem voluntárias estas não são monitoradas por órgão da esfera pública.

Diversos autores têm estudado sobre a temática e trazem diferentes conceitos sobre a temática, esses conceitos podem variar de acordo com processos específicos de desigualdade.

Heilborn *et al* (2010) elenca-os dessa forma:

Celso Antônio Bandeira (2003) define que as ações afirmativas: *[...] são medidas temporárias e especiais, tomadas ou determinadas pelo Estado, de forma compulsória ou espontânea, com o propósito específico de eliminar as desigualdades que foram acumuladas no decorrer da história da sociedade. Estas medidas têm como principais “beneficiários os membros dos grupos que enfrentaram preconceitos”* (Bandeira, 2003: 47-48 apud Vilas-Bôas, 2003: 29).

No entender da advogada Renata Malta Vilas-Bôas:

*No caso brasileiro, a ação afirmativa visa garantir, dessa forma, a igualdade de tratamento e principalmente de oportunidades, assim como compensar as perdas provocadas pela discriminação e a marginalização decorrentes dos mais variados motivos inerentes à sociedade brasileira* (Vilas-Bôas, 2003: 29).

Já Florisa Verucci, define que:

*As ações afirmativas devem emergir como a construção da igualdade posta em movimento, e têm por objetivo um equilíbrio que efetive a igualdade de oportunidades, nunca em desfavor das minorias, mas sempre com a preocupação de limites garantidores da participação das minorias, do rompimento dos preconceitos, e não da criação de novos* (Verucci, 1998: 1).

A advogada Celi Santos expande um pouco essas definições para incluir:



*Todas as práticas positivas, com vistas a promover a proteção dos excluídos e dos desamparados, as mudanças comportamentais arraigadas por culturas ultrapassadas, o pleno exercício dos direitos e as garantias fundamentais, bem como os demais direitos inscritos na Constituição de 1988, cuja efetividade destas ações será realizada pelo Estado em parceria com a sociedade civil* (Santos, 1998: 44).

Por outro lado, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa Gomes, afirma que:

*Atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. Diferentemente das políticas governamentais antidiscriminatórias baseadas em leis de conteúdo meramente proibitivo, que se singularizam por oferecerem às respectivas vítimas tão somente instrumentos jurídicos de caráter reparatório e de intervenção ex post facto, as ações afirmativas têm natureza multifacetária, e visam evitar que a discriminação se verifique nas formas usualmente conhecidas – isto é, formalmente, por meio de normas de aplicação geral ou específica, ou através de mecanismos informais, difusos, estruturais, enraizados nas práticas culturais e no imaginário coletivo. Em síntese, trata-se de políticas e de mecanismos de inclusão concebidos por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido – o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito* (Gomes, 2001: 40-41)<sup>1</sup>.

De todas as citações a que melhor descreve a definição de políticas afirmativas é do então Ministro Joaquim Barbosa, onde este traz uma visão mais ampla e profunda do que é de fato e, para que serve as políticas afirmativas.

A desigualdade perdura há anos nas sociedades, desde antes mesmo do período colonial, nas sociedades mais antigas como a Grécia, a Roma e a China, já se tinham registros de submissões de indivíduos, desigualdades, e formas de discriminações.

Segundo Santos (2013):

A discriminação e a exclusão não são fatos de origem recentes, infelizmente a história narra fatos de subserviência, humilhação, motivados por insensibilidade, intolerância, de vários tipos. Percebemos pelas leituras desta semana e a vivência de situações no dia a dia, que passamos por período de construção de um ideário de democracia racial que perpassa na conscientização, no comprometimento, de quem hoje detém o poder público e da sociedade de forma geral, romper barreiras de racismo por vezes velados para adesconstrução do preconceito, da falta de oportunidade, da inferioridade é o que se faz de urgente quando nos deparamos com

<sup>1</sup> Citações retiradas de: HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andreia (Org.). **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça**. Brasília; Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres: Rio de Janeiro, CEPESC, 2010. p. 97-98.

reportagens e artigos como de Mariana Tokarnia, Repórter da Agência Brasil, sobre pesquisas onde a “**cor da pele**” é fator determinante de futuro fracasso, intitulada: “***Estudantes negros têm maior probabilidade de insucesso na escola***”.

As questões pontuadas pela autora mostram uma preocupação com a questão de raça e etnia, onde traz uma preocupação e um questionamento sobre a cor da pele que pode influenciar no insucesso do negro. Isso não está muito diferente nos dias atuais, onde outrora, o Brasil, fora palco de uma enorme escravidão, hoje, se vê o mesmo mais de uma forma diferenciada e até mesmo institucionalizada.

Os trabalhos informais, os prestadores de serviços e àqueles que trabalham para o sustento da família que não possui uma escolaridade básica ou nenhuma escolaridade pode ser comparado ao escravo ou índio do período colonial do Brasil.

Vê-se algumas empregadas domésticas que são tidas como escravas dentro da casa dos seus patrões, porém, estas se submetem a tal vida por medo ou receio de não achar ou ser aceita em outra casa por conta da sua baixa escolaridade. Não só as empregadas têm-se caseiros, prestadores de serviços, faxineiros e tantos outros.

A realidade é que em vez da sociedade progredir, venha a regredir com tais pensamentos racistas e classicistas fazendo com que ricos e brancos sejam hegemonizados enquanto as demais raças são sobrepostas e colocadas em segundo plano nas questões de igualização sociais.

Para Boaventura (apud Lima), “No capítulo sobre a “construção intercultural da igualdade e da diferença” Boaventura comenta que “pela primeira vez na história, a igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidos como princípios emancipatórios da vida social” (p. 279)”. Vemos hoje, que para poder alcançar patamares mais altos, há que se ter o reconhecimento e consequentemente, a redistribuição, para que assim, todos possam ter os mesmos direitos.

Ainda para o autor “o século XIX foi palco da modernidade e do capitalismo, onde a desigualdade e a exclusão se evidenciaram.” Ou seja, vê-se que ocorrera o oposto, o que era para ser um processo contínuo de inclusão se tornou um processo

hegemônico de exclusão de indivíduos, grupos, comunidades, etc.

O capitalismo é uma ferramenta poderosa de exclusão social, do mesmo modo que o capital transforma toda forma de manifestação cultural em mercadoria para reafirmar sua hegemonia, o Estado tem o papel de regular o capital com as suas legislações. A Lei 10639/2003, é um instrumento de regulação que, também, tem um papel fundamental de aparato para a quebra dos grilhões que ainda perdura em muitos e muitas sobre a ótica da exploração, dominação e sobreposição de classe, cor, raça, credo e etc.

A partir da perspectiva acima compreende-se o racismo institucional, também denominado racismo sistêmico, como mecanismo estrutural que garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados - negros, indígenas, ciganos, para citar a realidade latino-americana e brasileira da diáspora africana - atuando como alavanca importante da exclusão diferenciada de diferentes sujeitos nestes grupos. Trata-se da forma estratégica como o racismo garante a apropriação dos resultados positivos da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados na sociedade, ao mesmo tempo em que ajuda a manter a fragmentação da distribuição destes resultados no seu interior.

O racismo institucional ou sistêmico opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas – atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial. Ele foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, como capaz de produzir:

A falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. (Carmichael, S. e Hamilton, C. Black power: the politics of liberation in America. New York, Vintage, 1967, p. 4).

Atualmente, já é possível compreendermos que, mais do que uma insuficiência ou inadequação, o racismo institucional é um mecanismo performativo ou produtivo, capaz de gerar e legitimar condutas excludentes, tanto no que se refere a formas de governança quanto de *accountability*. Ou, nas palavras de Sales Jr:

O “fracasso institucional” é apenas aparente, resultante da contradição performativa entre o discurso formal e oficial das instituições e suas práticas cotidianas, sobretudo, mas não apenas informais. Esta contradição é (...) fundamental para entender os processos de reprodução do racismo, em suas três dimensões (preconceito, discriminação e desigualdade étnico raciais), no contexto do mito da democracia racial. (Sales Jr, mimeo, 2011).

Ainda pode ser percebido que “o racismo e o sexismo combinam os princípios de desigualdade apontados por Marx e os princípios de exclusão percebidos por Foucault”. Para tal faz-se necessário conhecer o conceito de raça.

Para Heilborn e Barreto (2010), na etimologia da palavra “raça” encontramos os termos *linhagem* ou *cepa* que relacionam *raça* à ideia de grupo de descendência. Povo e raça aparecem assim como termos intercambiáveis (...). Os movimentos sociais vêem o conceito de raça muito parecido, pois raça e povo estão relacionados a grupos sociais e essa visão acaba sendo inter-relacionadas e interligadas.

Na música de Clara Nunes, “Canto das três raças”, é perceptível, que as raças que aparecem são as que foram submissas aos brancos colonizadores do Brasil.

Para Gomes (2012 p. 731):

“Como discurso e prática social, a raça é resignificada pelos sujeitos nas suas experiências sociais. No caso do Brasil, o movimento negro resignifica e politiza afirmativamente a ideia de raça, entendendo-a como potência de emancipação e não como uma regulação conservadora; explicita como ela opera na construção de identidades étnico-raciais”.

Nessa perspectiva social vendo a resignificação da raça como positivo, traz traços positivo e uma forma de unificação do movimento para a luta de um bem comum, além de mostrar a força do movimento e seus ideais, que são favoráveis a estas questões.

As questões que apropriação e resignificação de raça, são para indagar a própria história do Brasil e explicar como o racismo brasileiro opera tanto na população, seja ela individual ou coletiva, quanto na estruturação do Estado. Também, vem sendo como algo que beneficie a construção democrática e sua afirmação.

O racismo institucional está presente em muitos lugares e algumas das vezes

legitimados por ações e política pública que alimenta e justifica tais atos e atrocidades às minorias. Boneti (2012) retrata o papel regulador das políticas públicas que ao mesmo tempo em que são benéficas também são cruéis, pois, regular ações que excluem aqueles que mais precisam do Estado e que tentam sanar essa falta com políticas públicas focalizadas.

Se houvesse a inserção das minorias ou o abarcamento de pelo menos oitenta por cento dos grupos desde lá em cima com o PPA – Plano Plurianual, até com a realocação dos indivíduos teríamos uma sociedade mais justas e menos segregada.

Jaccoud (2003), traz para a discussão o papel do Estado nas questões afirmativas, onde este têm o papel de regular sobre as políticas de inserção e de combater essas desigualdades, ouso dizer que essas políticas afirmativas, no Brasil, nasce com as questões educacionais, a partir de programas de formação continuada e acesso a formação superior como o Prouni, também com as escolas de ensino fundamental e médio com uma revisão dos conteúdos, onde foram inseridos a formação sócio histórica do Brasil trazendo as questões de africanidades e negritude para o discurso.

A Lei 10639/2003 também é uma das ferramentas de combate às desigualdades existentes no cenário brasileiro, contudo essa mesma ferramenta de luta também é enjaulada de forma a não ganhar espaços e mesmo luta veementemente para alçar vãos mais altos e expandir suas diretrizes a outras áreas do conhecimento assim como abarcar uma maior parcela da comunidade escolar e trazer os conhecimentos a respeito das questões de raça nos espaços de poder em especial a educação.

Não somente no campo da educação, mas também do trabalho, Jaccoud (2003) retrata que houve um crescimento mesmo que mínimo, porém, significativos das expressões de raça e gênero no campo da aceitação e inserção destes, recentemente vimos reafirmação e um passo mesmo que tímido da legitimação dos direitos a partir da PEC 66/12, ou PEC das domésticas.

O racismo institucional é um dos modos de operacionalização do racismo

patriarcal heteronormativo - é o modo organizacional - para atingir coletividades a partir da priorização ativa dos interesses dos mais claros, patrocinando também a negligência e a deslegitimação das necessidades dos mais escuros. E mais, restringindo especialmente e de forma ativa as opções e oportunidades das mulheres negras no exercício de seus direitos.

Assim, pode-se perceber que anos após anos sempre houve e haverá lutas por reconhecimento em todo o mundo, e que essas se fazem importantes para a manutenção e discussões na sociedade, afim de trazer melhorias e ajustes a esta.

Heilborn (2010) traz uma questão interessante que são as políticas de inclusão tendo um papel fundamental para o desenvolvimento das minorias onde a grande parte dessas políticas são feitas principalmente pela sociedade civil e o papel do Estado com as políticas públicas afirmativas, afim de, reforçar esta inclusão e a (re) afirmação faz nos titubear sobre o papel do Estado para tais políticas. O papel do Estado de resguardar os indivíduos, que já sabemos que é falho, pode ser mudado a partir das ações destes quando mudadas.

Carneiro (2004), ainda acrescenta que ser mulher, negra e pobre é muito pior, com relação ao preconceito, do que ser homem, ou seja, o “*camaleonismo*” do preconceito atinge camadas diferentes de uma mesma classe, raça, gênero e quanto mais adjetivos tem um indivíduo, maior o preconceito sofrido por este e mais o Estado **deveria [grifo nosso]** ampará-lo.

Às vezes é necessária uma visão ufanista para poder viver e ter sonhos, pois, com tantas posturas que se ver em relação às questões de raça e etnia algumas vezes traz sensações de desmoronamento, e outras força de vontade de lutar por questões afirmativas com mais afinco.

Percebe-se que as políticas públicas afirmativas têm que ser mais expansivas e necessita de um olhar mais clínico nas questões de desenvolvimento e permanência. Também, se faz necessário uma política de continuidade das já existentes, onde muitos indivíduos que conseguiram ingressar, por exemplo, nas universidades, através das políticas afirmativas, tem extrema dificuldade na sua

permanência e continuidade na mesma, onde muitos são absorvidos pelo mercado e poucos conseguem alcançar patamares almejados.

Já a Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto deste ano, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

Pode-se dizer que a referida lei faz parte de um contexto maior que se deriva da Lei 10.639/2003 onde, as questões de raça estão cada vez mais ganhando espaço dentro do meio acadêmico e se disseminando neste reforçando a importância de se enquadrar as questões de raça nos meios educacionais e se afirmar como tal.

Fraser, dizia que a política de igualdade também é uma política de reconhecimento, também pensa-se nessa política descrita por Fraser, e acrescento ainda que tem que ser distributiva, o que faz jus a questão das cotas.

Como relata Santos (1999, p.1)

A desigualdade e a exclusão têm na modernidade um significado totalmente distinto do que tiveram nas sociedades do antigo regime. Pela primeira vez na história, a igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidos como princípios emancipatórios da vida social. A desigualdade e a exclusão têm, pois, de ser justificadas como exceções ou incidentes de um processo societal que lhes não reconhece legitimidade, em princípio. E, perante elas, a única política social legítima é a que define os meios para minimizar uma e outra. (SIC).

Acredita-se, que nesse programa há interseccionalidade de raça, gênero, porém, não há a de classe, pois, há uma distinção entre as mesmas. A avaliação que faço sobre tal política é que faz-se necessário a manutenção da mesma e paralela a esta uma manutenção das escolas públicas e sua eficiência e eficácia com relação a educação pública para que no futuro não haja a necessidade dessa segregação institucionada.

Sempre houve e pelo que se vê sempre haverá um recorte de gênero e raça na sociedade como um todo. Percebe-se que esse recorte dependendo da região,

cultura, país e outros, podem ser positivas ou negativas, contudo, vale ressaltar que esse cenário, muda a cada dia, o que nos remete a pensar, se esse mesmo cenário chegará um dia ao respeito mútuo com relação às diferenças de gênero e raça.

Com o destaque nas relações de raça e gênero, houveram também as segregações dos mesmos, onde se iniciou uma guerra/luta de sobreposição destas, posteriormente a aceitação e hoje a igualdade destas. Se vê todos os dias lutas constantes pela igualdade, porém, às vezes, parece uma luta interminável.

É interessante pensar nas lutas e suas consequências, pois, graças a muitas destas temos uma maior legislação que protege grupos minoritários na sociedade; exemplo disso tem-se a Lei 11.340/2006, que visa o direito a integridade da mulher, Lei também conhecida como a Maria da Penha.

Essa Lei que assegura o direito a integridade da mulher diz que “(...) disseminar boas informações nos ambientes de convívio, para que cidadãos e cidadãos tomem consciência do quanto certas ações individuais fazem a diferença em favor do todo”. Ou seja, o indivíduo precisa enxergar-se enquanto autor da sua vida, e quando se tornar um indivíduo ativo, consequentemente também se torna na sociedade.

Na questão de raça e gênero, principalmente em raça, temos, por exemplo, o grupo baiano Olodum, que há muito grita pelo reconhecimento dos espaços pelos negros, discriminação, violência e tantas outras mazelas vividas e sofridas ao povo baiano. Em suas músicas, são claras as menções aos antepassados e suas lutas, a países que sofreram com a desigualdade de gênero e raça dentre outras tantas.

Assim como vemos nas letras das músicas de Ary barroso, Aquarela do Brasil, Elza Soares, a carne e de Candeias, dia de graça algo em comum sendo o negro como forma de força de poder e a reafirmação e reconhecimento destes no tocante ao poder, e suas dificuldade no enfrentamento das desigualdades sociais, sempre achando meios de combater a exploração e a violência cotidiana.

Para Fraser (2001),

A luta pelo reconhecimento tornou-se rapidamente a forma paradigmática



de conflito político no fim do século XX. Demandas por “reconhecimento das diferenças” alimentam a luta de grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, raça, gênero e sexualidade. Nesses conflitos “pós-socialistas”, identidades grupais substituem interesses de classe como principal incentivo para mobilização política. Dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental. E reconhecimento cultural desloca a redistribuição socioeconômica como o remédio para injustiças e objetivo da luta política.

Percebe-se na fala da autora que as lutas de reconhecimento cresceram em comparação aos séculos que antecederam ao descrito pela mesma, porém a luta não é mais somente reconhecimento, agora também pela redistribuição o que reafirma a condição de aceitação interina destas lutas.

Barbosa ainda acrescenta:

Atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.

O autor complementa a fala acima de Fraser, porém com uma política afirmativa, onde a consolidação dos direitos seja exercida na íntegra, sem alguma distinção.

No filme, *Cidade de Deus*, de Fernando Meireles, mostra a precariedade do Estado em relação à efetivação das políticas de reconhecimento descritas por Fraser e das políticas afirmativas descritas por Barbosa, onde o tráfico se faz Estado, e as leis são da comunidade. A exemplo disso, vemos e vivemos e muitos lugares no mundo.

Assim torna-se clara a evidência por políticas públicas afirmativas que consolidem os direitos de todos independente de raça, gênero, etnia, etc. e sua aplicabilidade para que se tenha uma sociedade mais justa e igualitária, havendo assim o acesso a todos nos espaços e que esses possam usufruir dos seus direitos sem que sejam quitados dos mesmos.

Percebe-se que está ocorrendo esse reconhecimento a passos curtos, mais ocorrendo. Hoje, tem-se uma série de políticas públicas que estão direcionadas a um público que outrora fora excluído e muitas das vezes massacradas pela

hegemonia das classes dominantes. Contudo, vê-se esse processo sendo cristalizado de forma agressiva aos diretos adquiridos.

Segundo Bento (p. 167), ela diz que:

Uma forma comum utilizada por aqueles que criticam as cotas é iniciar o artigo com um discurso aparentemente favorável a elas, ou “politicamente correto”, como, por exemplo, ressaltando a gravidade e a “inaceitabilidade” da situação de precariedade dos negros no Brasil, para em seguida afirmar que, apesar disso... é contrário à adoção das cotas.

Indo de encontro ao que disse a autora, nem sempre o que se pensa negativo a respeito das cotas são cem por cento de forma a macular ou uma forma de discriminação como afirmou esta, mas também, uma forma de melhorar para que futuramente todos possam usufruir de tal recurso.

As políticas de reconhecimento como reforça as palavras supracitadas, Fraser (p. 263), diz que “(...) “raça”, como gênero, não é apenas economia política. Também tem dimensões culturais-valorativas, o que traz para o universo do reconhecimento”. Nessa fala da autora pode-se perceber que pode sim pensar em reconhecimento sem necessariamente está vinculada a questão econômica.

Mesmo assim, ainda se vê que uma política de reconhecimento pode ir aos palcos das discussões, sem ser vinculado à questão econômica, o que dessa maneira reafirmaria a questão da necessidade do reconhecimento, e consequentemente viria por si só a questão da redistribuição.

Talvez, dessa maneira as minorias consigam alcançar espaços de poder ou cargos de gestão sem a necessidade de pensar instantaneamente na questão da redistribuição. Percebe-se que a redistribuição é consequência do reconhecimento o que leva a pensar na questão da ocupação dos espaços de poder.

Ou seja, a ocupação desses espaços tão disputados, porém elitizados, só se fará mediante uma política de reconhecimento, consequentemente de redistribuição e por fim não mencionada de manutenção à igualdade só assim poder-se-á andar lado a lado e em comunhão a todos.

Um desses espaços tão disputados é a educação onde, como já mencionada

por Barbosa é um espaço onde estão propícias grandes discussões e a efetiva prática da igualdade de oportunidades poderá ser alcançada. A educação é um espaço onde pode se efetivar as políticas de maneira mais efetiva.

## 4. Metodologia

Como parte essencial dos trabalhos acadêmicos, a metodologia, aqui utilizada foi à bibliográfica, tendo em vista o agrupamento e a complementação de ideias adquiridas. Para Santos (2002 p. 38), “a monografia sendo um texto analítico tem como objeto o tema que visa o aprofundamento do estudo, a matéria-prima do raciocínio são os dados obtidos por meio de estudos”. Michaliszyn e Tomasini (2006 p.67) acrescentam que “monografia é a exposição exaustiva de problema ou assunto específico e investigado com base em critérios e método científico”.

Santos (2002) ainda diz que “a pesquisa científica pode ser caracterizada como atividade intelectual intencional que visa responder às necessidades humanas”. Percebe-se, neste trecho, qual a importância de uma pesquisa no meio acadêmico e sua necessidade para a formação do indivíduo. Michaliszyn e Tomasini (2006) consideram o projeto de pesquisa como “ponto de partida e elemento fundamental em todo e qualquer processo de pesquisa científica”.

Diferentemente das pesquisas acadêmicas, a pesquisa de ponta tem uma visão mais ampla sobre um mesmo assunto;

(...) o profissional de nível superior é naturalmente convidado a integrar-se na pesquisa “de ponta”, a lidar com a problematização, a solução e a resposta às necessidades que ainda perduram, seja porque simplesmente não respondidas, seja porque não satisfatoriamente trabalhadas. Desta forma, a pesquisa “de ponta” caracteriza-se como atividade típica do indivíduo que, tendo dominado as respostas comuns, já incorporadas à rotina de uma ciência ou profissão, parte em busca do novo, do ignorado, com intenção e método. A pesquisa “de ponta” é tentativa de negação/superação científica e existencial, a oferta de um dado novo para a Humanidade (SIC). (SANTOS, 2002 p. 25).

A pesquisa bibliográfica trata da pesquisa desenvolvida a partir de referências teóricas que apareçam em livros, artigos, documentos, etc. faz-se necessário também a utilização de materiais não tratados analiticamente para fundamentar a pesquisa (MICHALISZYN e TOMASINI, 2006). Esta pesquisa foi à referência deste trabalho, na pesquisa bibliográfica há uma valiosa fonte de informação além de encabeçar qualquer trabalho científico que se inicie.

Para Oliveira (1999), “a pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno”. Este trabalho tem como objetivo maior servir de fonte de referência para futuros trabalhos acadêmicos e, quem sabe, servir de fonte primária para futuras pesquisas de campo.

Santos (2000) reforça: “cada avanço científico é um pequeno pedaço da história de uma necessidade humana, dividida e reconhecida por meio dos diferentes nomes com que se identificam as diversas ciências”. Depreende-se desse pensamento que a pesquisa científica para nascer necessita de um pensamento inicial, de um estímulo, para que outros possam desenvolver os pensamentos em todas as áreas possíveis.

A pesquisa bibliográfica, segundo Oliveira (2000, p. 119)

(...) possibilita o encontro de uma série de informações para comprovar a existência ou não de uma determinada hipótese que é ou foi objeto de estudo de outros pesquisadores e que, a partir dali, o pesquisador passa a somar uma série de informações, com a finalidade de elaborar o seu projeto de pesquisa.

Pesquisar, ler, informar-se são partes fundamentais de qualquer trabalho científico/acadêmico de cunho bibliográfico. Um pesquisador que tem em mente propor a iniciar um trabalho como este também tem que estar disposto a interar-se com a leitura; Santos (2000) ainda complementa: “a pesquisa bibliográfica tem como instrumento essencial a habilidade de leitura. Isto é, a capacidade de extrair informações (...)”. Essa habilidade de leitura requer muita prática, um hábito constate e uma contínua leitura, habilidade essa que é gradual. Santos (2000) também acrescenta: “o objetivo maior de qualquer movimento intelectual é sempre atingir a ponta, isto é, chegar ao estágio da oferta de respostas a uma necessidade humana. Este estágio, porém, **depende de passos intermediários** (...)” [grifo nosso].

Segundo Marconi e Lakatos (2011 p. 269), o método qualitativo “preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências, de comportamento etc.” Para desenvolver aspectos mais completos o método qualitativo se torna mais conveniente para tal trabalho científico.

Gil (2009) Acrescenta que o conhecimento proporcionado pelas ciências sociais não autoriza empreender um estudo sem que se possa previamente antecipar o comportamento humano nas mais diversas situações. Dessa maneira torna-se previsíveis atos e atitudes da natureza humana deixando-o vulnerável.

## Considerações Finais

As políticas públicas vêm ganhando cada vez mais espaço e visibilidade dentro da sociedade, onde o Estado está fazendo a sua parte, mesmo que timidamente, ao enfrentamento do capitalismo voraz que como um tsunami vem varrendo a população menos abastada e marginalizando-a até que esta se renda juntamente com o Estado ao capitalismo.

Mesmo sabendo que a tríade – Estado, mercado e sociedade – está intrinsecamente ligadas, os movimentos sociais juntamente com o terceiro setor, onde estes últimos agirão como um termômetro que irão sinalizar a falta ou o excesso de um dos três que compõe a tríade.

É perceptível que as políticas públicas afirmativas tiveram a sua gênese exatamente na ausência do Estado e na sobreposição e ditadura do capital, onde este marginalizou a população minoritária e negra zoneando-as as margens do capitalismo, excluindo de fato aqueles que mais necessitavam de serem reconhecidos pelo importante papel desenvolvido tanto na historicidade quanto na processualidade dos fatos ocorridos no Brasil.

Diante disso, entende-se que tem que haver uma preocupação e manutenção das políticas, porém, estas não devem ser excludentes e sim inclusivas trazendo-as para o campo dos direitos e não do dever do Estado, e muito menos serem tratadas como benesses ou moedas de trocas em ano eleitoral.

A Lei 10.639/2003 de fato foi um avanço nas questões raciais nos espaços escolares, porém, ainda há muito para alcançar. A capoeira concomitante com a referida Lei, vem exatamente (re)afirmar que a cultura, a identidade e/ou a diversidade cultural são exposta primeiramente na escola, assim (re)afirmando que capoeira, mesmo que marginal, aos poucos vem ganhando o seu espaço e respeito na sociedade.

A capoeira na escola, segundo a Lei 10.639, ainda está tímida diante da grandeza do que vem a ser o *locus* de sua atuação na escola. A Lei mesmo

dirimindo para as áreas de maior afinidade, a capoeira já se encontra permeando longinquamente as outras áreas/disciplinas/categorias que não foram expostas na lei como por exemplo a matemática, a química e a física; a partir da aplicação das fórmulas à movimentação da capoeira.

No Brasil ainda podemos ver a capoeira marginalizada mesmo com as saídas dos guetos, esta arte ainda é praticada nas quadras das escolas à noite, compondo a sua maioria de praticantes de comunidade carentes. Contudo, em outros países, esta, é praticada e tem uma valorização diferente do que vemos no Brasil. A capoeira ocupa um espaço de prestígio e, é exaltado pelos seus belos movimentos corporais. A capoeira na escola pode ser o diferencial nessa luta por direitos e cidadania.

No Brasil, a capoeira ainda sofre preconceitos por ser derivada dos negros que foram trazidos e aqui se instalaram, trazendo a sua cultura e suas crenças mesclando com as que aqui se encontravam, associada ao satanismo por conta das religiões de matriz africana que usam os seus instrumentos e indumentárias muito próximos ao da capoeira.

A religiosidade ainda é o maior empecilho para o desenvolvimento da capoeira, principalmente nos espaços escolares, onde as manifestações culturais ainda são ditadas pela maioria, e nesse caso específico a maioria religiosa cristã protestante que não aceita essa prática como prática escolar de atividade física. O que a Lei 10.639/2003 vem desmistificar essa visão errônea da cultura afro brasileira.

Por fim, torna-se indispensável, ressaltar que as políticas públicas são avanços conquistados a muito custo e em longo prazo, juntamente com os movimentos sociais que tiveram uma participação nesse processo muito importante. As lutas não cessaram por aí, há que se lutar muito por um país mais justo, por uma melhor (re)distribuição de renda e (re)alocação da verba pública, menos corrupção e mais ação dos atores políticos e mais força da sociedade no papel fiscalizador do que tange os seus direitos, deveres assim como uma sociedade mais tolerante e plural.



## Referências Bibliográficas

A Carne, de Elza Soares. Disponível: <http://letras.mus.br/elza-soares/281242/> <acessado em 14/abr/2013>

Aquarela do Brasil, de Ary Barroso. Disponível: <http://letras.mus.br/ary-barroso/163032/> <acessado em 14/abr/2013>

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude e poder: a questão das cotas para negros. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília, Ministério da Educação; UNESCO, 2005.

BOMFIM, Genilson César Soares. A prática da capoeira na educação física e sua contribuição para a aplicação da lei 10.639 no ambiente escolar: a capoeira como meio de inclusão social e da cidadania. In: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/conece/3conece/paper/viewFile/2379/975> < acesso em: 22/mai/2013>

BONETI, Lindomar Wessler. **As políticas públicas no contexto do capitalismo globalizado: da razão moderna à insurgência de processos e agentes sociais novos**. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP Macapá, n. 5, 2012.

BRASIL. **Lei 10.639/2003**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm) acessado em <22/nov./2013>

\_\_\_\_\_. **Lei Maria da penha – Lei nº 11.340/2006**, Brasília.

Canto das três raças - Clara Nunes (Mauro Duarte e Paulo César Pinheiro)

CARNEIRO, Igor. 2012; <http://www.senzala.org.br/historia/bibliografia/11-mestre-pastinha.html> acessado em <05/jan/2012>

CARNEIRO, Sueli. **Raça, gênero e ações afirmativas**. In: BERNARDINO, Joaze & GALDINO, Daniela. Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade. p.71 a 84. Rio de Janeiro: DPA&A, 2004

CONDE, Bernardo Velloso. **A Arte da Negociação: a Capoeira como Navegação Social**. Editora Novas Ideias: Rio de Janeiro – RJ, 2007.

CYPRIANO, André. **Capoeira: luta, dança e jogo da liberdade**. Caixa Cultural: São Paulo, 2011.

D'AMORIM, Eduardo; ATIL, José. **A Capoeira Uma Escola de Educação**. Ed. Do

Autor: Recife, 2007

Dia de Graça, de Candeias. Disponível: <http://www.vagalume.com.br/candeia/dia-de-graca.html> <acessado em 14/abr/2013>

DRAIBE, S. **As políticas sociais e o neoliberalismo**. Revista USP, n. 17, 1992.

FERREIRA, Tarcísio José. **A Capoeira com Instrumento Social de Inclusão**. In: I Encontro Nacional de Produção Científica em Serviço Social na Educação: Saberes e Fazeres, 2013, Cachoeira - BA. Produções do I Encontro Nacional de Produção Científica em Serviço Social na Educação: Saberes e Fazeres, 2013.

\_\_\_\_\_. **A Capoeira na Escola: A Lei 10.639/2003 como Política Pública Afirmativa**. UEG, 2013

\_\_\_\_\_. **O Uso da Capoeira como Instrumento Psicossocial de Inclusão**. Revista Projeção e Docência. V.3, N.1 (2012): Vol. 3, N.1. In: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/view/240/191>

\_\_\_\_\_. **O Uso da Capoeira como Instrumento Social de Inclusão**. UNOPAR, 2012

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento: dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática**. Brasília: EdUnB, 2001

GELEDÉS. **Lei 10.639: Luta por Legitimação**. Em: <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/educacao/lei-10-639-03-e-outras/4905-lei-10639-luta-por-legitimacao> <acesso em: 22/mai/2013>

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. Editora Atlas: São Paulo, 2009

GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). **Dicionário de Políticas Públicas**. Disponível em: <http://dicionario.fundap.sp.gov.br/>. Acessado em: <16/Nov./2013>

GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação Afirmativa: renúncia à neutralidade estatal em matéria de oportunidade de educação e emprego. In: **Ação Afirmativa & o Princípio Constitucional da Igualdade** (O Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA). São Paulo: Renovar, 2001. P. 35-90.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro e Educação: Resignificando e politizando a raça**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>> acessado em 07/jul/2013

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andreia (Orgs). **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça: GPP – GeR, Módulo III**. Rio de Janeiro: CESPE; Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. 2010

\_\_\_\_\_. **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça: GPP – GeR, Módulo I.** Rio de Janeiro: CESPE; Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. 2010

<http://www.seppir.gov.br/publicacoes/publicacoes-recentes/racismo-institucional> Acessado em <19/08/2013>

<http://www.webartigos.com/articles/14076/1/PRINCIPIO-DA-DIGNIDADE-DA-PESSOA-HUMANA-/pagina1.html#ixzz112vH7DiY> acessado em <30/set./2010.

JACCOUD, Luciana. **O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das Políticas Públicas de promoção das desigualdades raciais.** In THEODORO, Mário et al (Org). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos da Abolição.* Brasília, IPEA, 2008.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil.** Campinas: Alínea, 2001.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.** 6ª ed. Editora Atlas: São Paulo, 2011

MICHALISZYN, Mario Sergio; TOMASINI, Ricardo. **Pesquisa: Orientações e Normas para Elaboração de Projetos, Monografias e Artigos Científicos.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MOURA, Jair. **A Capoeiragem no Rio de Janeiro Através dos Séculos.** 2ª edição; Editora JM: Salvador – BA, 2009.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **Capoeira Identidade e Gênero: ensaios sobre a história social da Capoeira no Brasil.** Editora EDUFBA: Salvador – BA, 2009.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica: Projetos de Pesquisa, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses.** 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

LIMA, Josefa Santana. SANTOS, Sousa Boaventura. A construção intercultural da igualdade e da diferença (cap. 8); a crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social (cap. 9); a reinvenção solidária e participativa do Estado (cap. 10). In: **A Gramática do Tempo: por uma nova cultura política.** São Paulo: Cortez, 2006.

REZENDE, Ilma (Org.); CAVALCANTI, Ludmila Fontenele (Org.). **Serviço Social e Políticas Sociais.** 3ª edição; Editora UFRJ: Rio de Janeiro – RJ, 2009.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão. **Políticas afirmativas e educação: a lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo.** Dissertação de Mestrado: Curitiba; 2006 In: <http://www.nupe.ufpr.br/paixao.pdf> < acesso em: 22/mai/2013>

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline M. Leal; JABLONSKI, Bernardo. **Psicologia Social**. Ed. Vozes, 29ª ed.; Petrópolis, 2012.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos**. Disponível em: <http://estadoedemocracia.blogspot.com.br/2007/08/analise-de-politicas-publicas-conceitos.html>. acessado em <16/nov./2013>

SALES JR, Ronaldo. **Racismo Institucional. Trabalho preliminar apresentado ao Projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras**, FIG, 2011.

SANTOS, Anita Carvalho. **Ideário da Igualdade e a Democracia Racial**. UNB: 2013 Disponível em <<http://gppger.fe.unb.br/mod/forum/discuss.php?d=332>> Acessado em 07/jul/2013

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Oficina do CES nº 135; Coimbra, 1999

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Ed. Vozes. Petrópolis, 1979.

SILVA, Eusébio Lôbo (Mestre Pavão). **O corpo na capoeira: Breve panorama: estória e história da capoeira**. Vol. 2; Editora UNICAMP: Campinas – SP, 2010.

SILVA, Gladson de Oliveira; HEINE, Vinicius. **Capoeira: um instrumento psicomotor para a cidadania**. Editora Phortes: São Paulo, 2008.

SILVA, M. Ozanira da Silva e (Coord.). **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. Ed. Cortez; São Paulo, 1995.

SOARES, Everton Barbosa; JULIO, Marli das Graças. **A inserção da capoeira no currículo escolar**. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires - Ano 16 - Nº 156 - Maio de 2011. In: <http://www.efdeportes.com/efd156/a-insercao-da-capoeira-no-curriculo-escolar.htm>. < acesso em: 22/mai/2013>

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf). Acessado em: <16/nov./2013>

TORRES, José Augusto Maciel; SANTOS, Carlos Alberto Conceição dos (Mestre Bozó). **Capoeira: arte marcial brasileira**. Coleção Artes Marciais; Ano 2, Nº 12: Editora OnLine;

VENTURI, Gustavo (Org.). **Direitos Humanos: percepção da opinião pública: análise de pesquisa nacional**. Secretaria de Direitos Humanos: Brasília, 2010.